

Alimentos podem ser exigidos desde a concepção do filho

A mulher grávida poderá recorrer à Justiça para exigir, desde a concepção, ajuda financeira do pai de seu filho. Projeto de lei com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Justiça do Senado. Segundo o autor da

proposta, Rodolpho Tourinho, a idéia é transformar em lei prática já adotada pelo Judiciário brasileiro. A comissão aprovou várias matérias, entre elas a previsão legal de sequestro de bens provenientes de crime. **Página 7**



Antonio Carlos (em primeiro plano) preside reunião em que a Comissão de Justiça aprova vários projetos de lei

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.399 – Brasília, quinta-feira, 22 de junho de 2006

Aprovada MP sobre trabalho doméstico

Permissão para deduzir do Imposto de Renda a contribuição previdenciária é estendida a até dois empregados, mantendo-se o limite de um salário mínimo para cada trabalhador.

Projeto de lei de conversão volta ao exame da Câmara dos Deputados. **Página 3**

Entre parlamentares e convidados, o presidente do Senado, Renan Calheiros, inaugurou ontem a exposição *Artistas Brasileiros – 2006*. O evento, no Salão Negro do Congresso Nacional, reúne obras de 60 artistas representando todos os estados. **Página 2**

Governo cede e Comissão de Orçamento aprova LDO de 2007

Um dia inteiro de negociações entre líderes governistas e opositores levou a Comissão Mista de Orçamento a aprovar ontem o projeto da Lei de Diretri-

zes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. Agora, a matéria será submetida a votação do Congresso Nacional, possivelmente na próxima semana. **Página 5**



Aplaudidas pelos senadores, Verônica Calheiros e Marisa Gomes cortam a fita inaugural da exposição *Artistas Brasileiros – 2006*



Merss (em pé) conversa com Jucá e Machado: em busca de acordo para votar a LDO

Denúncias adiam votação de indicado para embaixada

Comissão retira da pauta indicação para a embaixada na República da Guiné. **Página 6**

Definidos os integrantes, CPI se instala hoje

Senador Romeu Tuma convoca reunião para instalar hoje, às 9h, a comissão parlamentar de inquérito. **Página 4**

Efraim faz balanço positivo da CPI dos Bingos

Presidente da comissão rebate “críticas injustas” da oposição ao relatório de Garibaldi Alves. **Página 4**

Artistas conhecidos internacionalmente e outros em início de carreira participam da exposição que, segundo o presidente do Senado, reflete o "mosaico cultural brasileiro"

Renan Calheiros abre 2ª edição da mostra *Artistas Brasileiros*

Em meio a vários convidados reunidos no Salão Negro do Congresso, o presidente do Senado, Renan Calheiros, inaugurou ontem a exposição *Artistas Brasileiros – 2006*, que reúne obras de 60 artistas indicados pelos senadores, representando todos os estados da Federação. Ao lado de sua esposa, Verônica Calheiros; de Marisa Gomes, mulher do vice-presidente da República, José Alencar; e do diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, entre outras personalidades, o senador destacou o momento em que se promove a arte brasileira.

Renan lembrou que este é o segundo ano em que o Senado realiza a mostra, celebrada como valiosa forma de trazer a público

uma exibição das artes plásticas no Brasil. Patrono da iniciativa, o presidente da Casa elogiou os esforços de sua mulher para que o evento fosse realizado e observou que, se depender de seu empenho, a mostra sempre acontecerá.

Artistas Brasileiros ficará aberta ao público até o dia 14 de julho, podendo ser visitada diariamente das 9h30 às 17h.

Em seu discurso, Renan disse que o mosaico cultural brasileiro – com artistas já conhecidos internacionalmente, outros que começam a construir uma carreira e ainda os desconhecidos do público – “reflete de forma magnífica a riqueza e as tradições culturais do país”. Em sua opinião, as variadas

técnicas e estilos das obras expostas ajudam o brasileiro a conhecer melhor o país.

A gravadora e pintora paulista Maria Bonomi foi a primeira a discursar, falando da importância da exposição para dar maior visibilidade ao artista brasileiro. Glênio Bianchetti, indicado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), expôs uma natureza morta com peixes e foi um dos artistas mais elogiados.

Embora reconhecendo a dificuldade de pinçar nomes entre os que estavam ali representados, Renan elogiou o trabalho de Tomie Ohtake e o de sua ex-colega na Universidade Federal de Alagoas Tânia Maia Pedrosa, além de Lula Nogueira e Luiz Costa.

Convênio permitirá acompanhamento de propostas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assinou ontem convênio com a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) para permitir que o Portal de Relacionamento Institucional da Fiesp (Prif), mantido em sua página na internet, disponibilize dados sobre a tramitação de matérias legislativas no Senado e na Câmara dos Deputados. Para Renan, a medida facilitará aos empresários a obtenção de informações sobre o Congresso.

– O convênio também é um vetor adicional para revitalizar o fenômeno da representação popular porque aproxima ainda mais o trabalho dos senadores



Renan (ao centro) destaca que site da Fiesp trará informações sobre matérias legislativas

do dia-a-dia do setor produtivo – disse Renan.

Além de permitir acompanhar a tramitação de mais de 1.200 matérias legislativas, possibilitando a pesquisa pelo número da proposição, nome do autor ou por

assunto, o Prif disponibiliza ainda informações sobre os projetos de interesse dos setores da indústria e dos sindicatos vinculados à federação. O portal pode ser acessado pelo endereço <http://www.fiesp.com.br>.

Presidente do Senado promete atenção aos interesses municipais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que vai se empenhar pela aprovação de projetos para apressar o recebimento, pelas prefeituras, da dívida ativa e aumentar em um ponto percentual o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ele fez a promessa ao presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Zuilkoski, e a outros representantes da entidade, acompanhados pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais

(CAS), Garibaldi afirmou que a proposição que amplia o FPM em um ponto percentual depende da Câmara. A matéria já foi votada no Senado.

– Os prefeitos querem destacar esse dispositivo da reforma tributária, mas a Câmara até agora nem destacou nem submeteu a matéria a votação – frisou Garibaldi, ao acrescentar que será mais fácil apressar a votação do projeto de resolução que permite às prefeituras fazerem convênios com bancos para cobrar a dívida ativa dos municípios, relatado por César Borges (PFL-BA) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão plenária começa às 10h

Em função do jogo da Seleção Brasileira, a sessão de hoje será realizada às 10h. A pauta continua trancada por medidas provisórias (MPs), com destaque para a que reajusta o salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350 a partir de 1º de abril deste ano. Na Câmara, a proposta foi modificada para estender o reajuste aos aposentados e pensionistas.

Documentário celebra cem anos do vôo do 14 Bis

A TV Senado comemora os cem anos do vôo de Santos Dumont exibindo o filme *A Paixão de Voar no Repórter Senado*. O programa vai mostrar algumas peculiaridades relativas ao tema, como o museu aeroespacial – memória da aviação no nosso país – e os segredos de uma atividade que emprega milhões de pessoas em todo o mundo. A atração vai ao ar amanhã, às 22h45; no sábado, às 15h30 e às 21h30; e no domingo, às 15h30 e às 22h.

Artistas Brasileiros

Até o dia 14 de julho fica em cartaz no Salão Negro do Congresso a exposição *Artistas Brasileiros*, que apresenta o trabalho de artistas de todos os estados, nomes consagrados e novos talentos, apontados pelos senadores.

180 anos da Biblioteca

Os 180 anos da Biblioteca do Senado estão à mostra na exposição *180 Anos de História Viva – Exposição de Obras Raras*. O conjunto de publicações fica exposto de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, até o dia 28 deste mês.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Sílvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Ramez Tebet, Magno Malta e João Tenório e pela senadora Heloísa Helena

Suassuna cobra urgência para apreciação do Fundeb



Ney Suassuna

Ney Suassuna (PB), líder do PMDB, cobrou dos parlamentares a busca de entendimento para a retomada do processo deliberativo do Plenário, a fim de que possa ser apreciada, com urgência, a proposta de emenda à Constituição (PEC) 9/06, que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O senador ressaltou que a aprovação da proposta será fundamental para que o Brasil possa realizar uma “revolução educacional”.

José Jorge responsabiliza governo por atraso na votação



José Jorge

José Jorge (PFL-PE) responsabilizou o governo pelo atraso na votação da proposta da PEC 9/06, que institui o Fundeb.

– O presidente Lula critica o Congresso por não aprovar o Fundeb, mas, se nós não aprovamos ainda, não o fizemos por culpa dele mesmo, que obstrui os nossos trabalhos com o excesso de medidas provisórias que nos impedem de votar aquilo que o Brasil quer e precisa ver votado – disse o senador ao cobrar a presença dos líderes do governo nas sessões deliberativas, para que se possa costurar um acordo para liberar a pauta do Senado.

“Votar o fundo é um gol pela educação”

Representantes da Campanha Nacional pelo Direito à Educação pediram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que agilize a aprovação da PEC 9/06, que institui o Fundeb. Renan explicou que várias medidas provisórias trancam a pauta de votações e dificultam o exame da proposta. Mas ele prontificou-se a fazer o que for possível pela aprovação do Fundeb.

Segundo Daniel Cara, coordenador-geral da campanha, a operação congrega movimentos sociais e institutos empresariais e conta também com a participação de educadores e atletas. Ele frisou que a aprovação do Fundeb deve beneficiar 10 milhões de alunos do ensino básico em todo o país. Ao entregar uma bola de futebol a Renan, a ex-jogadora de vôlei Ana Moser disse que “o objetivo foi demonstrar que votar o Fundeb é fazer um gol pela educação”.

Marcos Guerra elogia plano de longo prazo do governo do ES



Marcos Guerra

Marcos Guerra (PSDB-ES) anunciou ontem em Plenário o que considera um feito inédito de um estado da Federação: o lançamento, pelo governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, na terça-feira, do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, para os próximos 20 anos. O senador disse que o plano estratégico de longo prazo contou com a participação das principais forças econômicas, políticas e sociais da sociedade capixaba. Ele explicou ainda que a proposta engloba questões como competitividade, equilíbrio regional e a formação de mão-de-obra em padrões internacionais.

Benefício fiscal é estendido para quem tem até dois empregados, dentro do limite de um salário mínimo para cada um. Com as mudanças, projeto retorna ao exame da Câmara dos Deputados

Senado aprova dedução do IR pelo empregador doméstico

O Plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão 14/06 – proveniente da Medida Provisória 284/06 –, que permite à pessoa física descontar a contribuição patronal paga à Previdência Social relativa ao empregado doméstico. Embora o texto original da MP tenha restringido o benefício a um empregado doméstico, o PLV estendeu a medida, durante os três primeiros anos, a até dois empregados, sendo mantida a limitação de um salário mínimo por trabalhador. O PLV inclui ainda a possibilidade de dedução da contribuição patronal sobre o 13º salário. A proposta também mudou de abril para janeiro deste ano a data inicial para contabilizar os descontos.

Além disso, determinou que despesas que não têm natureza salarial – como alimentação, vestuário ou moradia – não se incorporam à remuneração para quaisquer efeitos.

O projeto sofreu diversas alterações sugeridas pelo relator revisor da matéria em Plenário, senador Edison Lobão (PFL-MA), e aprovadas pelo Plenário, no tocante a deduções tributárias. Uma das emendas acolhidas permite que contribuintes inscritos no Programa de Recuperação Fiscal (Refis) e no Parcelamento Especial (Paes) que optem por pagar antecipadamente seus débitos possam aplicar o desconto pela taxa Selic, com rebate de 20%. A renegociação de dívidas oriundas de operações

de crédito rural, relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), também foi incluída no texto do projeto de conversão.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que – embora tenha votado favoravelmente à proposição, em virtude da importância da matéria para a formalização do emprego doméstico – é contrária às emendas inseridas pelo Senado sobre outros assuntos. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que, se a Câmara aprovar o projeto com as emendas do Senado, o PLV corre o risco de ter artigos vetados pelo presidente da República.

Tourinho quer regra estável para reajustes na Previdência

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) repudiou ontem o anúncio feito pelo presidente Lula de que vetará, caso aprovado pelo Congresso, o reajuste de 16,7% aos aposentados e pensionistas, já deliberado na Câmara e em tramitação no Senado na forma da Medida Provisória 288/06.

O senador, que também é relator do projeto de lei (PLS 58/03) do senador Paulo Paim (PT-RS) que dispõe sobre a atualização e recuperação do poder aquisitivo das aposentadorias e pensões, anunciou que pretende apresentar um substitutivo ao PLS 58/03. O objetivo é corrigir três inconstitucionalidades detectadas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e que já estão sendo analisadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Vou apontar soluções definitivas para que o governo não continue na cômoda condição de sempre alegar que está cumprindo e respeitando a legislação em vigor – concluiu.



Tourinho vai corrigir inconstitucionalidades de projeto que recupera aposentadorias



Relator da Comissão Mista do Salário Mínimo, Paim (2º à esq.) defende correção de 16,7%

Aposentados e pensionistas protestam contra veto anunciado para aumento

Representantes de aposentados e pensionistas criticaram ontem a possibilidade de o presidente da República vetar o aumento de 16,7% dos seus benefícios, incluído na Medida Provisória 288/06 por meio de emenda apresentada na Câmara dos Deputados. Os protestos foram feitos durante reunião da comissão mista do Congresso Nacional que debate a implantação de uma política permanente de reajustes para o salário mínimo.

A MP 288/06, originalmente, reajustou em 16,7% apenas os benefícios de quem recebe exatamente o valor do salário mínimo – quem ganha mais do que isso não foi contemplado. Mas, com a emenda, o aumento passou a ser estendido a todos os aposentados e pensionistas, inclusive nos casos em que os benefícios são superiores ao piso salarial.

Depois de ser alterada na Câmara, a MP 288/06 foi transformada em projeto de lei de conversão (PLV) e

tramita agora no Senado.

Conforme o senador Paulo Paim (PT-RS), relator da comissão mista e defensor do aumento de 16,67% para todos os aposentados e pensionistas, a expectativa é que “a MP seja votada, no mais tardar, na semana que vem”.

Sobreposição de MPs

Além disso, tramita na Câmara outra medida provisória, a MP 291/06, que trata exclusivamente do reajuste dos benefícios concedidos pela Previdência Social. Essa MP reajusta em 5% os benefícios de aposentados e pensionistas que recebem valores superiores ao salário mínimo – como quer o governo –, mas poderá ser votada uma emenda que eleva esse reajuste para 16,67%. Ou seja, seria a mesma alteração proposta para a MP 288/06.

– São a mesma coisa – disse Paim sobre as duas medidas provisórias, no que se refere aos benefícios da Previdência Social.

Tebet apela por ajuda do governo federal à Varig



Ramez Tebet

Ramez Tebet (PMDB-MS) apelou ao governo federal para que interceda em favor da Varig e ajude a livrá-la da falência. O senador sugeriu a possibilidade de auxílio financeiro do BNDES ao consórcio formado pelos Trabalhadores do Grupo Varig (TGV) e por dois investidores estrangeiros, que arremataram a companhia em leilão.

– A Varig sempre foi o orgulho brasileiro e, talvez, a embaixada maior do país no exterior. Se é assim, não posso compreender que esteja agonizando. Esse é um problema social, e é bom lembrar que temos poucas companhias aéreas funcionando e nenhuma delas com prestígio internacional como o da Varig – afirmou.

César Borges apóia Alckmin e critica governo diante da crise



César Borges

César Borges (PFL-BA) reiterou seu apoio à candidatura à Presidência de Geraldo Alckmin, destacando a competência do candidato à Vice-Presidência, senador José Jorge (PFL-PE). A seu ver, o atual governo apenas controlou a inflação e perdeu a oportunidade de um bom momento econômico internacional para promover o crescimento, por meio da geração de emprego e renda. Borges também atribuiu ao governo a iminência da falência do Grupo Varig e criticou recente declaração do ministro da Defesa, Waldir Pires, de que, “se a Varig falir, paciência”.

– Não é do perfil dele dar soluções aos problemas.

Agripino diz que fará todo o esforço para tucano vencer Lula



José Agripino Maia

Ao afirmar que um segundo governo Lula seria de “absoluta convivência com a anarquia e a impunidade”, José Agripino (PFL-RN) disse que fará todo o esforço possível para que Lula saia do governo no final do ano.

Agripino lembrou as invasões de um centro de pesquisas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e da Câmara dos Deputados, pelo Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST).

– O governo é leniente com movimentos que não obedecem a lei, que trocam bonés com o presidente Lula e que utilizam dinheiro público para financiar a depredação do patrimônio público – acusou.

Efraim rebate críticas da oposição a relatório de Garibaldi Alves

O senador Efraim Morais (PFL-PB), presidente da CPI dos Bingos, rebateu as “críticas injustas e improcedentes” da oposição ao relatório de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), aprovado na última terça-feira. Após o encerramento dos trabalhos, Tião Viana (PT-AC) disse que o relatório não atendeu ao fato determinado da CPI: envolvimento de casas de jogos com o crime organizado. Efraim, no entanto, garantiu que “a CPI manteve-se rigorosamente dentro de suas atribuições”.

– Não nos desviamos do objeto da investigação. Apenas essa investigação conduziu a cenários e personagens inesperados. Puxamos o rabo do gato e vimos que era, na verdade, de um tigre – rebateu.

Efraim cumprimentou Garibaldi pela “seriedade, honestidade e competência”, mas manifestou insatisfação pelo fato de não ter sido sugerido o



Efraim faz balanço de quase um ano de atividades da CPI dos Bingos

indiciamento de José Dirceu e do chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Ele considerou que a menção caberia também a Lula, “senão por ação, certamente por omissão diante dos fatos relatados, o que configura também crime de responsabilidade”. Efraim fez um histórico dos trabalhos da comissão e recebeu os cumprimentos de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Eduardo Suplicy (PT-SP), Romeu Tuma (PFL-SP) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

CPI dos Sanguessugas pode ser instalada hoje, às 9h

Renan anuncia em Plenário nomes dos parlamentares indicados para a comissão que investigará compra superfaturada de ambulâncias com verbas do Orçamento

Na condição de presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros leu ontem a composição definitiva da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas. A CPI tem até amanhã para ser instalada. No entanto, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que deve presidir a instalação dos trabalhos, convocou reunião para hoje, às 9h, na sala 2 da Ala Nilo Coelho do Senado.

Fundamentado no Regimento Comum – segundo o qual cabe ao presidente da Mesa do Congresso indicar os integrantes da CPI, caso os partidos não o façam –, Renan indicou como representante titular do PCdoB na comissão o senador Leomar Quintanilha (TO) e para titular pelo PDT o senador Jefferson Péres (AM). O PCdoB e o PRB integram a comissão pelo

Quem integra a nova comissão

Os senadores que compõem o colegiado, como titulares, são os seguintes:

Bloco PFL e PSDB	PMDB	PTB
Arthur Virgílio (PSDB)	Amir Lando	Antonio João
Sérgio Guerra (PSDB)	Gilvam Borges	PRB (*)
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	Valdir Raupp	Heloísa Helena (PSOL)
Demostenes Torres (PFL)	Wellington Salgado de Oliveira	(*) Cedeu a vaga ao PSOL
Romeu Tuma (PFL)	Bloco PT-PSB-PL	PDT
Efraim Morais (PFL)	Eduardo Suplicy (PT)	Jefferson Péres
Paulo Octávio (PFL)	Sibá Machado (PT)	PCdoB
	Paulo Paim (PT)	Leomar Quintanilha

sistema de rodízio previsto na Resolução nº 2/00, que estabelece que o número de membros da comissão mista é acrescido de mais uma vaga, destinada a cada uma das Casas do Congresso, a ser preenchida em rodízio pelas bancadas minoritárias que não

alcancem número suficiente para participar do colegiado.

Paulo Paim (PT-RS) informou que havia aceito integrar a comissão como suplente (e não como titular, conforme consta na lista do PT), e disse que levará a questão para a liderança do partido.

Heráclito condena anúncio de construção da Transnordestina



Heráclito Fortes

O anúncio da construção da Ferrovia Nova Transnordestina foi citado por Heráclito Fortes (PFL-PI) como exemplo de que a reeleição virou um “vale-tudo” para o presidente Lula e para o governador do Piauí, Wellington Dias. Segundo Heráclito, chegou-se a levar para o interior do Ceará vagões do metrô de Fortaleza para aparecerem na propaganda oficial.

– O governador do Piauí, em entrevista, afirmou que Lula teria colocado uma cláusula no contrato para que, tão logo a primeira etapa da obra chegue a Eliseu Martins, seja iniciada nova etapa em direção à Ferrovia Norte-Sul. Como se tudo fosse um negócio caseiro, sem nenhuma formalidade – assinalou.

Iris defende combate às causas estruturais da desigualdade



Iris de Araújo

Para Iris de Araújo (PMDB-GO), os programas de combate à fome devem atacar também as causas estruturais da desigualdade.

– Acredito que o que o nosso povo almeja não é o cartão de auxílio do governo, mas a ferramenta do emprego, que lhe restitui a dignidade de caminhar com as próprias pernas.

Na avaliação da senadora, com menos impostos, mais subsídios para a agricultura e projetos voltados para as micro e pequenas empresas o país criará uma base para a geração de milhares de oportunidades de trabalho. Para Iris, governos de dimensão histórica são os que vencem o estágio da assistência social e conseguem fomentar a economia e democratizar as riquezas.

Ideli Salvatti anuncia ida do presidente Lula a Santa Catarina

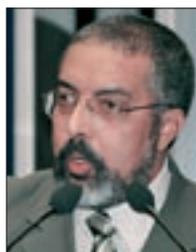


Ideli Salvatti

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou a ida do presidente Lula a Santa Catarina, amanhã, para fazer a entrega de casas a agricultores familiares e inaugurar o Centro Federal de Tecnologia (Cefet) de Chapecó. Segundo ela, mais de 3,6 mil agricultores familiares tiveram acesso a financiamento habitacional para construir ou reformar as residências instaladas nas propriedades rurais.

Ideli adiantou ainda que Santa Catarina receberá mais dois centros de ensino tecnológico. O Cefet de Joinville deverá ser inaugurado até o próximo mês, e o presidente Lula irá lançar a ordem de serviço para a construção do Cefet de Araranguá durante a solenidade em Chapecó.

Paim destaca evento sobre prevenção do uso de drogas



Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) saudou a 8ª Semana Nacional Antidrogas, promovida pela Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) e pelo Conselho Nacional Antidrogas. O senador leu manifesto de um jovem que relata as conseqüências da dependência química.

Durante o evento, serão desenvolvidas atividades dirigidas à prevenção do uso de drogas a cargo da Senad, em parceria com outros órgãos do governo e da sociedade. O objetivo principal é proporcionar às crianças e aos jovens uma vida digna e livre da violência. O manifesto chegou ao Paim na forma de carta, escrita por um rapaz chamado Samuel, que autorizou o senador a lê-la em Plenário.

Saturnino destaca a postura do governo em defesa do migrante



Roberto Saturnino

O drama dos migrantes em todo o mundo foi lembrado ontem por Roberto Saturnino (PT-RJ), pela passagem, na terça-feira, do Dia Mundial do Refugiado. O senador também aproveitou a comemoração da Semana do Migrante – de 18 a 25 de junho – para elogiar a proposta a ser apresentada pelo governo brasileiro em evento promovido pela Organização das Nações

Unidas (ONU) sobre migrações e desenvolvimento.

De acordo com o senador, o governo Luiz Inácio Lula da Silva deverá condenar a tese de criminalização das migrações irregulares e adotar uma postura de defesa dos direitos humanos dos migrantes.

Raupp apóia pleito em favor da ampliação do pacote agrícola



Valdir Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) dirigiu apelo ao ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, no sentido de encampar a proposta da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), de ampliação do pacote agrícola. Ele estendeu o apelo aos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo, para que “vejam com sensibilidade as demandas dos produtores rurais”.

– Tenho acompanhado a luta de Roberto Rodrigues pelo agronegócio e o pacote agrícola, por mais medidas positivas que traga em seu bojo, não é suficiente para sanar os problemas do setor – disse o senador.

Comissão de Saneamento adia votação de marco regulatório

A Comissão Mista de Saneamento adiou para a próxima semana a votação do substitutivo do relator, deputado Júlio Lopes (PP-RJ), aos projetos de lei do Senado (PLS 155/05), de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES), e da Câmara (PL 5.296/05) que estabelecem um marco regulatório do saneamento básico.

O adiamento foi sugerido pelo presidente da comissão, senador César Borges (PFL-BA), diante de impasse em reunião na noite de terça-feira entre dirigentes da comissão e membros do Executivo. César Borges reclamou do fato de o governo ter pretendido basear a discussão apenas no conteúdo do projeto da Câmara.

Interlegis inicia a nova fase de integração do Poder Legislativo

O Interlegis iniciou ontem, oficialmente, a segunda etapa do programa destinado a modernizar e integrar o Poder Legislativo nos níveis federal, estadual e municipal, além de promover maior transparência e interação deste Poder com a sociedade. O Protocolo de Intenções da Segunda Etapa deve ser assinado no dia 8 de agosto, em Florianópolis, no

8º Encontro da Associação Brasileira das Escolas Legislativas (Abel).

A meta dessa nova fase é a criação da Comunidade Virtual de Educação Legislativa, por meio da qual todos os municípios brasileiros envolvidos com o Programa Interlegis terão um canal de comunicação para trabalhar em ações conjuntas.

Governo cede e a Comissão de Orçamento aprova LDO para 2007

É retirado dispositivo que permitia execução total do projeto de Orçamento caso não fosse aprovado até o fim deste ano. Proposta prevê alocação de recursos à Lei Kandir

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007, depois de quase um dia inteiro de negociações entre líderes governistas e da oposição. O governo cedeu em vários pontos e agora a matéria será votada pelo Congresso.

Foi incluído no projeto, que teve como relator o senador Romero Jucá (PMDB-RR), artigo prevendo que o Orçamento de 2007 vai contemplar com recursos os estados exportadores por suas isenções de impostos (Lei Kandir). A LDO, no entanto, não menciona quanto será destinado à Lei Kandir e o valor deve ser negociado nos próximos meses.

A decisão esteve ameaçada por pedido de verificação de quórum

do deputado Sérgio Miranda (PDT-MG), que queria a votação de destaque de Augusto Botelho (PDT-RR). O destaque retirava da LDO um parágrafo que, na prática, poderia impor um congelamento de salários para o funcionalismo de 1º de setembro deste ano a 31 de dezembro de 2007. Como não havia número suficiente de parlamentares na CMO, depois de muita negociação o relator aceitou retirar esta parte do projeto.

– Mais cedo ou mais tarde o país terá de adotar algo parecido. O governo precisa de previsibilidade orçamentária. Não pode ser surpreendido num final de ano por um projeto de aumento de salários de servidores – disse Jucá.

Uma das modificações mais

significativas feitas na LDO derubou artigo que permitia a total execução do projeto orçamentário de 2007 se o Congresso não terminasse sua votação até o final de dezembro deste ano. Refletindo o pensamento da maioria, Jucá manteve a prática de anos anteriores, que autoriza o governo a gastar por mês um duodécimo do Orçamento original enviado ao Congresso, exceto os novos investimentos.

O projeto que sai da CMO contém ainda um corte de 10% em todos os gastos federais com publicidade, diárias e passagens aéreas. A proposta também determina que o governo federal terá de cortar 30% nos restos a pagar que passarem do Orçamento deste ano para 2007, comparando-se com os restos a pagar de 2005.

Lando defende assistência para assentado da reforma agrária



Amir Lando

O senador Amir Lando (PMDB-RO) disse ontem que a reforma agrária precisa de uma política integral que leve assistência técnica ao pequeno produtor. Citando os assentamentos realizados em Rondônia na década de 70, o senador sugeriu a associação de pequenos proprietários como forma de viabilizar o acesso a equipamentos mais modernos.

– A pequena propriedade precisa ser organizada em associações para ter acesso à mecanização, à diversificação de culturas e ao conhecimento. O homem que trabalha deve ter o direito de melhorar sua vida. Para isso, precisamos de um programa específico – afirmou.

Malta condena legalização das casas de bingo no país



Magno Malta

Magno Malta (PL-ES) informou que deu seu voto favorável ao relatório final da CPI dos Bingos após o autor do documento, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), lhe garantir que retiraria o trecho em que sugere a legalização das casas de bingo no país.

– Se os bingos forem legalizados, o Brasil se transformará no paraíso turístico da contravenção – disse Malta, que, em março de 2004, havia requerido a criação da CPI.

O parlamentar afirmou que propôs a instalação da comissão “para investigar a jogatina, os jogos de azar e a lavagem de dinheiro do narcotráfico nas casas de bingo”, mas que “a CPI caminhou por 99% do tempo fora do foco”.

Quintanilha: PCdoB do Tocantins realiza convenção no domingo



Leomar Quintanilha

Ao informar que líderes e filiados do PCdoB do Tocantins realizarão convenção no domingo, em Palmas, Leomar Quintanilha (TO) anunciou que seu partido terá candidatos a governador, vice-governador, senador, deputado federal e deputado estadual. A intenção da sigla, disse, é reestruturar suas forças e se fazer presente nos municípios tocantinenses.

– O PCdoB quer apresentar uma proposta modernizante com foco no ser humano – afirmou Quintanilha.

Para o senador, seu partido não se conforma com o fato do Tocantins, com vocação agropecuária, importar farinha de mandioca, ovos, feijão, arroz, milho e óleo.

Comissão é favorável aos indicados para primeiros embaixadores residentes em dois países, mas denúncias adiam análise da designação de Guilbaud para a Guiné

Brasil terá embaixadores na Armênia e no Benin

A Armênia e o Benin terão os primeiros embaixadores brasileiros residentes. Obtiveram ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) as mensagens presidenciais de indicação para os dois postos, respectivamente, de Renate Stille e Carmelito de Melo, ministros da carreira de diplomata. As mensagens serão agora apreciadas pelo Plenário.

Depois de trabalhar como ministra-conselheira da embaixada brasileira na Noruega, a partir de 2000, Renate Stille anunciou a intenção de motivar empresas brasileiras controladas por descendentes de armênios a se instalarem na Armênia.

No momento, segundo o relator da indicação, Heráclito Fortes (PFL-PI), a Armênia possui apenas um consulado-geral em São Paulo. O governo brasileiro doou ao governo armênio um terreno em Brasília para a construção de sua embaixada, com projeto



Saturnino (centro) preside reunião que analisou as indicações de Renate e Carmelito

do arquiteto Oscar Niemeyer. A embaixada brasileira na Armênia foi criada em 2002, mas até hoje não foi instalada.

O Benin – país que conta com cerca de 5 mil descendentes de ex-escravos brasileiros – recebeu no início deste ano a visita do presidente Lula. Benin foi a principal origem de escravos enviados à Bahia e a Pernambuco. Após a abolição da escravatura, vários deles decidiram retornar ao país, onde passaram a ser

chamados de *agudás*. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1961, por meio da embaixada brasileira na Nigéria.

– A criação da embaixada em Benin resgata uma dívida histórica – disse na comissão Carmelito de Melo, que anunciou a intenção de fazer de Benin uma porta de entrada de produtos brasileiros no Golfo da Guiné. Sua indicação teve como relator Alvaro Dias (PSDB-PR).

Adiada votação de nome de embaixador para a Guiné

A divulgação de denúncias contra o embaixador indicado para a República da Guiné, Jacques Claude François Guilbaud, motivou o adiamento da análise de seu nome pela CRE.

No início da reunião, Heráclito Fortes (PFL-PI) consultou o presidente da comissão, Roberto Saturnino (PT-RJ), sobre a possibilidade de pedir vista da mensagem antes que Guilbaud fosse ouvido. O relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), ponderou que o pedido de vista só poderia ser

formulado após a apresentação de seu relatório. Por isso, solicitou a retirada da mensagem que indica o nome de Guilbaud da pauta e foi atendido.

Suplicy lembrou que Guilbaud – acusado de ter participado do “sistema de delação” da época do regime militar – foi anistiado durante o governo do presidente Fernando Henrique. O diplomata admitiu ter trabalhado por dois anos no Serviço Secreto do Itamaraty, mas pediu que se apontasse “uma pessoa sequer”

que tenha sido denunciada por ele. Para Guilbaud, a resistência a sua indicação está relacionada a uma denúncia que fez, em 1979, de compra superfaturada da sede da embaixada brasileira em Lisboa. Transferido para o Canadá, o diplomata disse ter passado a receber ameaças de morte por telefone. Por isso, teria deixado de comparecer ao trabalho, o que ocasionou o seu afastamento do Itamaraty por 25 anos. Ele retornou ao ministério há três anos.

Mozarildo pede pressa a Lula para ações que beneficiarão Roraima

Ao informar que visitou a Venezuela na companhia de Ottomar Pinto, governador de seu estado, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu ao presidente Lula que dê celeridade às ações que permitirão a implantação de 15 acordos feitos entre Roraima e o estado venezuelano de Bolívar.

Entre eles, Mozarildo destacou a importação de combustível a preços subsidiados, a abertura da

fronteira entre Bolívar e Roraima durante todo o dia, e contratos de importação de calcário, pelo estado brasileiro, e de soja, pelo venezuelano. “Estamos percorrendo os ministérios que têm relação com as ações, e eles têm se mostrado favoráveis”, disse.

O senador ainda relatou o acompanhamento que fez de uma operação para a retirada dos não-índios da reserva Raposa Serra do Sol.



Mozarildo destaca acordos que estão sendo negociados com a Venezuela

Ele frisou que a ação, desencadeada por ordem do governo federal, foi feita de maneira coercitiva e truculenta, e sem ordem judicial.

Ato médico e fator previdenciário serão debatidos em audiências

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) agendou para a próxima quarta-feira a realização da audiência pública aprovada ontem para instruir o projeto de lei que dispõe sobre o ato médico. A proposição (PLS 25/02) prevê a definição das diversas atividades profissionais que se incluem na área médica, determinando as atribuições e os limites na atuação de cada categoria. O requerimento, de autoria de Lúcia Vânia (PSDB-GO), pede a presença do ministro da Saúde, José Agenor da Silva, e dos presidentes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), do Conselho

Federal de Medicina e do Conselho Federal de Nutricionistas.

Outro requerimento aprovado na mesma reunião requer debate em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o fator previdenciário, em audiência que ficou agendada para o dia 6 de julho. O pedido é de autoria de Paulo Paim (PT-RS) e prevê a participação de dirigentes de 29 entidades representativas de empregados. Paim é autor de proposição (PLS 296/03) que quer extinguir o fator previdenciário para evitar a utilização da Previdência como instrumento de ajuste das contas públicas.



Fotografias de Lúcia Vânia e de Jucá são inauguradas na galeria de ex-presidentes da CAS

Comissão de Assuntos Sociais homenageia Lúcia Vânia e Jucá

As fotografias dos senadores Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Romero Jucá (PMDB-RR) foram colocados ontem na galeria de ex-presidentes da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

– Sem essa solenidade, não teríamos feito justiça ao trabalho que ambos fizeram – disse o atual presidente da CAS, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Lúcia Vânia ressaltou que quase 50 projetos foram aprovados em sua gestão – de maio de 2003 a fevereiro de 2005. Ela destacou,

entre as decisões, a aprovação da Lei de Biossegurança, os debates sobre a criação da CPI contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e o funcionamento das subcomissões do Idoso e do Meio Ambiente.

Jucá, que presidiu a CAS de fevereiro a maio de 2003, observou que a comissão é responsável por temas considerados prioritários pelo país, pois o que melhora as condições de vida da população – especialmente dos mais pobres – são as ações sociais.

Tuma enaltece sensibilidade de senadora na luta pela causa social

Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou a homenagem feita a Romero Jucá (PMDB-RR) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) com a colocação de suas fotografias na galeria de ex-presidentes da CAS. Emocionado, o parlamentar enalteceu o trabalho de Lúcia Vânia à frente da comissão, afirmando que a luta em prol das causas sociais tem



Romeu Tuma

sido uma marca na vida da senadora.

– Quero demonstrar minha admiração à sua atuação, desde sua gestão na Secretaria de Assistência Social do governo Fernando Henrique até o Parlamento,

agindo com alma, coração e sensibilidade na luta pelos menos favorecidos, em especial as crianças – disse.

Tourinho esclarece que projeto de sua autoria, aprovado em decisão terminativa na Comissão de Justiça, transforma em lei prática já adotada pelo Judiciário

Mudança na votação dos vetos passa na Comissão de Justiça

Os vetos presidenciais a projetos de lei poderão passar a ser apreciados separadamente na Câmara dos Deputados e no Senado, e não mais em sessão conjunta do Congresso Nacional, como ocorre atualmente. Proposta de emenda à Constituição (PEC 57/05) com esse objetivo, cujo primeiro signatário é o senador Marco Maciel (PFL-PE), foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Pelo projeto, o veto será apreciado separadamente em cada uma das Casas do Congresso, dentro de 30 dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos senadores e dos deputados, em votação secreta.

Segundo o relator da matéria, Ramez Tebet (PMDB-MS), atualmente, por falta de realização de reuniões conjuntas do Congresso Nacional, existe uma grande dificuldade para a apreciação de vetos, o que prejudica, segundo ele, a imagem do Parlamento e o próprio processo legislativo.

Plano de carreira da Câmara vai a decisão do Plenário

A Comissão de Justiça aprovou ontem parecer do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) favorável à proposta do plano de carreira dos servidores da Câmara dos Deputados. O projeto (PLC 40/06) institui a gratificação de representação e disciplina ainda a aplicação do adicional de especialização. A proposta segue para votação em Plenário.

O adicional de especialização, de até 30% dos vencimentos, tem o objetivo de premiar os conhecimentos adquiridos e as habilidades específicas de cada servidor mediante capacitação, qualificação e desempenho de atividades de direção, chefia e assessoramento. Já a gratificação de representação visa adequar e ajustar o salário dos consultores da Câmara ao modelo dos demais órgãos do Poder Legislativo.

Mercadante afirmou que o plano de carreira da Câmara, implementado em 2001, não contemplou instrumentos de gestão de pessoal capazes de incentivar e premiar o aperfeiçoamento e a qualificação profissional.



Durante a reunião da CCJ, presidida por Antonio Carlos, Serys (sentada à esquerda) afirma que proposta é uma vitória da mulher brasileira

Alimentos poderão ser pagos a partir da concepção do filho

A mulher grávida poderá recorrer à Justiça para exigir ajuda financeira do suposto pai desde a concepção, e não mais somente após o nascimento do filho. Projeto de lei que institui e disciplina os chamados alimentos gravídicos, de iniciativa do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

Segundo Tourinho, a proposição (PLS 62/04) transforma em lei uma prática que já vem sendo adotada pelo Judiciário do país. “É a possibilidade de se conceder alimentos com vistas a assegurar o mínimo necessário durante o período de gestação, que é, por natureza, um período conturbado, em que a mulher possui necessidades especiais”,

explicou o autor.

Emenda da relatora da matéria, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), discrimina os recursos necessários para custear os gastos da grávida. São valores suficientes para cobrir as despesas adicionais referentes à alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames complementares, internações, parto, medicamentos e demais prescrições preventivas e terapêuticas indispensáveis, a critério do médico, além de outras que o juiz considere pertinentes.

O projeto determina que esses gastos deverão ser divididos entre pai e mãe, na proporção dos recursos de ambos, a partir da data da citação do réu. A ajuda perdurará até o nascimento da criança, quando será automaticamente convertida em pensão alimentícia.

– É mais uma vitória da mulher brasileira – assinalou Serys.

Banco Central

A CCJ, presidida por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), também aprovou requerimento (REQ 298/06) de João Ribeiro (PL-TO) solicitando ao Banco Central informações sobre as operações de mercado com notas do Tesouro Nacional (NTN-B), emitidas em 15 de julho de 2005, com vencimento em 2045. Outro requerimento aprovado, de Alvaro Dias (PSDB-PR), pede ao BC dois relatórios: um sobre a Avaliação de Conduta para Prevenção de Lavagem de Dinheiro – Compliance, referente aos bancos BMG, Rural e BankBoston; e outro sobre a Classificação de Instituição Financeira – Rating, relacionados com os mesmos bancos, a partir de 2002.

Aprovado seqüestro de bens provenientes de crime

O Código de Processo Penal poderá ser alterado para garantir o seqüestro de bens provenientes de ações criminosas. A medida está prevista em projeto de lei de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) aprovado ontem pela Comissão de Justiça, em caráter terminativo.

Pela proposta (PLS 258/05), o seqüestro poderá recair sobre bens, direitos e valores provenientes de atos ilícitos, mesmo que registrados diretamente em nome de terceiros, convertidos em ativos lícitos ou misturados ao patrimônio legalmente consti-

tuído, até o valor dos rendimentos auferidos com o crime. O projeto determina que, para decretar o seqüestro, o juiz verificará a existência de indícios suficientes da materialidade do crime e da origem ilícita dos bens, que poderão ficar indisponíveis por um período de até 180 dias, prorrogáveis por igual prazo.

Caso seja comprovada a licitude dos bens apreendidos, o juiz poderá restituí-los, desde que o acusado compareça pessoalmente para formular o pedido de liberação.

Para o relator da matéria, De-

mostenes Torres (PFL-GO), a proposta é inovadora principalmente quando prevê o seqüestro de bens registrados em nome de terceiros ou misturados com o patrimônio legalmente constituído, já que isso dificulta a identificação do crime.

A CCJ aprovou ainda projeto (PLC 71/05) da deputada Ann Pontes (PMDB-PA) que altera o Código de Processo Civil para possibilitar, nos casos de urgência, que o juiz nomeie curador provisório, por prazo determinado, para representar o interdito.

Mediação deverá apressar a solução de conflitos civis

A mediação poderá ser instituída no Brasil como método de prevenção e solução consensual de conflitos na esfera civil. Proposta nesse sentido, de autoria da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), foi aprovada ontem pela Comissão de Justiça, na forma de substitutivo elaborado pelo relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS).

O projeto (PLC 94/02), que deverá ser apreciado pelo Plenário em regime de urgência, define a mediação como “uma atividade técnica exercida por pessoa imparcial que, escolhida e aceita pelas partes interessadas, as escuta, orienta e estimula”, com o propósito de prevenir ou solucionar conflitos de modo consensual.

De caráter facultativo, a mediação poderá, conforme a proposição, ser utilizada em toda matéria que admita conciliação, reconciliação, transação ou acordo. O seu uso se daria em todo o conflito ou somente em parte dele, e guardando sempre sigilo, salvo estipulação em contrário das partes.

Segundo Pedro Simon, o substitutivo, que resultou de debates com várias instituições públicas e representantes da sociedade civil, tem como um dos pontos cruciais a não-imposição da mediação como solução para os conflitos.

– Entendemos que a instituição de uma fase obrigatória de mediação incidental acarretaria um choque drástico no sistema processual brasileiro, trazendo à luz, com ares de coercitividade, um instituto que não se sabe ao certo se a cultura brasileira assimilará com sucesso – explicou Simon, para quem o projeto vai facilitar a ação da Justiça.

Formação

Pela proposta, a formação e seleção de mediadores será feita por meio de cursos específicos sob a responsabilidade da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública e das instituições especializadas em mediação devidamente cadastradas.

Durante a discussão, a proposta recebeu elogios dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) e Edison Lobão (PFL-MA). O substitutivo será submetido, ainda, a um turno suplementar de votação no colegiado.

Memória do líder político gaúcho, cujo falecimento completou dois anos ontem, foi reverenciada pelos senadores em Plenário

Leonel Brizola é homenageado em sessão especial

O Senado realizou sessão especial destinada a reverenciar a memória do líder político Leonel de Moura Brizola, cujo falecimento completou dois anos ontem. Brizola morreu aos 82 anos de infecção pulmonar, depois de cerca de 50 anos de vida pública. Foi prefeito de Porto Alegre, deputado federal, governador do Rio de Janeiro duas vezes e do Rio Grande do Sul uma vez.

Durante as homenagens, o senador Cristovam Buarque – responsável pela realização da sessão e



Criador do PDT, Brizola é lembrado por sua integridade

o primeiro a discursar – destacou a luta de Leonel Brizola pela democratização da educação no Brasil. Para Cristovam, se Brizola estivesse vivo, “defenderia uma revolução na educação brasileira”.

O senador Pedro Simon, por sua vez, ressaltou a integridade e a capacidade de administrar de Brizola. Conforme Simon, o ex-governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul foi um dos maiores homens públicos do Brasil e “entrou para a História pela porta da frente”.

Uma vida em defesa das causas populares e da transformação da educação pública no Brasil

Senadores lembram os ideais do ex-governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul e destacam sua importância para a história política do país



A OPORTUNIDADE DE ESTUDAR graças aos programas educacionais de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul foi enfatizada por Sérgio Zambiasi (PTB-RS). O senador destacou o compromisso de Brizola com o aprofundamento da democracia, o fim da corrupção e o combate às desigualdades sociais. “Poucas oportunidades tive de conviver com Leonel Brizola, mas jamais escondi minha admiração por sua fibra e coragem”, concluiu Zambiasi.



“VIDA LONGA AOS IDEAIS DE BRIZOLA!” Foi com essa manifestação que o senador Paulo Paim (PT-RS) concluiu seu discurso em homenagem ao falecido líder político, na passagem do segundo ano de sua morte. O senador admitiu que falar de Brizola mexia com suas emoções e citou lembranças da infância e momentos de convivência com o fundador do PDT, para ressaltar a admiração à pessoa do homenageado, “o maior político de sua geração”.



SE O LÍDER POLÍTICO GAÚCHO estivesse vivo, destacou Cristovam Buarque (PDT-DF), estaria engajado em um projeto que não se limitaria à solução dos problemas presentes do país, mas à modelagem de um futuro diferente para a nação brasileira, a partir de uma revolução da educação. Com essa prioridade, disse Cristovam, seriam criadas as condições para que o país avançasse no aprofundamento da democracia e na redução das desigualdades sociais.



O EX-GOVERNADOR SEMPRE HONROU sua história de vida na defesa das causas populares, “sendo que jamais se vendeu”, afirmou ontem Heloísa Helena (PSOL-AL). Para a senadora, Brizola foi um dos maiores homens públicos brasileiros. “Posso garantir que ele podia olhar, de cabeça erguida, para quem quer que fosse como poucos homens públicos, já que jamais renunciou aos seus ideais”, assinalou Heloísa Helena.



CAPACIDADE ADMINISTRATIVA E INTEGRIDADE. Essas foram as principais qualidades de Leonel Brizola ressaltadas por Pedro Simon (PMDB-RS). A luta pela justiça social, na visão de Simon, foi também outra grande marca de Leonel Brizola. O senador destacou ainda o empenho do líder político em favor de uma escola pública com qualidade, em tempo integral, com assistência médica e odontológica às crianças, esporte e orientação profissional.



OS ENSINAMENTOS SIGNIFICATIVOS do ex-presidente do PDT foram destacados ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) durante discurso na sessão de homenagem a Leonel Brizola. Suplicy ressaltou a importância de se analisar a vida e a trajetória do líder político. “Queremos continuar na luta pelos ideais que ele conosco abraçou, a busca pela democracia e pela libertação do povo”, afirmou o parlamentar.



A PARCERIA COM DARCY RIBEIRO e a preocupação de Brizola com a educação foram lembradas por Leonel Pavan (PSDB-SC). O senador destacou a influência do líder gaúcho e informou que se chama Leonel em homenagem ao ex-governador. Pavan fez um histórico da trajetória do pedetista e de sua luta contra o regime militar. O parlamentar disse acreditar que, se Brizola estivesse vivo, a crise na política brasileira não teria chegado à situação atual.



NA PRESIDÊNCIA DE SESSÃO ESPECIAL destinada a reverenciar a memória do líder político Leonel Brizola, o presidente do Senado, Renan Calheiros, enfatizou os exemplos legados ao país pelo homenageado, entre eles a honra pessoal, o patriotismo, a fidelidade às próprias idéias e ao partido por ele criado, o PDT. “Que essas qualidades do velho líder trabalhista nos inspirem, todos nós, a lutarmos por um Brasil melhor”, recomendou Renan.

Suplicy enaltece qualidades humanas e artísticas do humorista Bussunda

Eduardo Suplicy (PT-SP) fez ontem um discurso em homenagem ao humorista Cláudio Besserman Vianna, o Bussunda, morto no último sábado, na Alemanha. O senador enalteceu as qualidades artísticas e humanas do comediante, e leu depoimentos de seus amigos.

Fundador do grupo *Casseta & Planeta*, Bussunda estava na Alemanha para gravar quadros alusivos à Copa do Mundo, quando sofreu um ataque cardíaco, aos 43 anos.

Mesmo satirizando políticos, inclusive o presidente Lula, Bussunda era admirado pelo senador, que requereu voto de pesar pela morte do artista.

Suplicy apresentou ainda requerimento de congratulações ao escritor José Mindlin, de 90 anos, por sua eleição para a Academia Brasileira de Letras (ABL) e pela doação do acervo de sua biblioteca, com cerca de 30 mil volumes, à Universidade de São Paulo (USP).

Azeredo comemora concessão de prêmio internacional a Paulinelli e Edson Lobato

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) comemorou ontem a premiação dos mineiros Alysso Paulinelli, ex-ministro da Agricultura, e Edson Lobato, ex-diretor do Centro de Pesquisas do Cerrado, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com o Prêmio Internacional de Alimentação. Além dos dois brasileiros, o pesquisador do instituto World Research nos Estados Unidos, Colin McClung, também recebeu a premiação.

Em sua 20ª edição, o prêmio foi criado para recompensar empreendimentos que aumentem a qualidade, a quantidade e a disponibilidade de alimentos no mundo. A escolha dos brasileiros foi feita em razão de terem desempenhado papel fundamental na transformação do cerrado brasileiro em terra agrícola produtiva.

Azeredo comemorou ainda o anúncio pelo governo da construção de um segundo Viaduto das Almas, na BR-040.